

Melhorar o acesso à saúde, gerando proteção financeira para famílias de baixa e média renda por meio de seguro e planos de saúde é uma preocupação de grande parte dos formuladores de políticas públicas ao redor do mundo. Enquanto, por aqui, ainda se debate se o governo dá, efetivamente, incentivos fiscais e se deveria fazê-lo, em outros países essa resposta parece já ser ponto pacificado há tempos: é fundamental conceder estímulos para a contratação destes planos e seguros – como já comentamos [aqui](#), apenas para dar um exemplo.

Na [14ª edição do Boletim Científico](#), o estudo [“Avaliação dos efeitos de um novo esquema cooperativo de plano de saúde sobre a redução da pobreza causada por gastos altos em saúde na Província de Shaanxi, China”](#) apontava que subsídios ofertados pelo governo local contribuíram para que 5% das famílias de zonas rurais beneficiadas superassem a linha da pobreza – [relembre](#).

Agora, a pesquisa [“Consequências para o bem-estar relacionadas ao acesso de famílias rurais ao seguro de saúde: evidências do ‘novo seguro médico cooperativo’ na China”](#), destacada na última edição do [Boletim Científico](#), aponta que o New Cooperative Medical Scheme (NCMS) já atende 97% da população rural local. O que equivale a cerca de 800 milhões de pessoas.

De acordo com o levantamento, este plano cobre apenas 20% dos serviços de saúde utilizados pelos beneficiários, o que indica a necessidade de ampliação da cobertura, mas garante um retorno social que excede os gastos públicos. Ou seja, a prática é positiva para todos os envolvidos.

A lógica não é exclusividade chinesa e pode ser percebida em outros países. Mesmo no Brasil, os gastos tributários com saúde representam economia para o governo ao mesmo tempo em que podem facilitar o acesso ao desejado plano de saúde. A proporção em que isto acontece será publicada em março, em um estudo que estamos terminando de produzir. Não perca.

Fonte: [IESS](#), em 28.02.2020.